



ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2017. -----

No dia 20 de dezembro de 2017, às 10:25 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral e presidente em exercício do Conselho Superior, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso.-----

Ausente justificadamente a dra. Christiane Neves Procópio, defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior.-----

Havendo *quorum* regimental, o dr. Wagner declarou abertos os trabalhos.-----

Em seguida, foi lida e aprovada a ata da 12ª sessão ordinária de 2017, realizada em 11 de dezembro de 2017.-----

Relativamente ao item 2, o julgamento do pedido de licença para acompanhamento de pessoa doente na família, aviado pela defensora Elaine Karen Costa Araújo, procedimento 032/2017, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Ricardo Sales, que cumprimentou todos os presentes; lembrou que esta é a última sessão de 2017 do Conselho Superior e desejou feliz natal e ano novo a todos; informou sobre o envio a todos da portaria nº 009 de 2017, da coordenação de Governador Valadares, e que trata da condição pessoal da colega Elaine Karen; mencionou a decisão tomada pela Defensoria Geral ratificando a portaria e fez a leitura da motivação do ato; disse que a portaria foi editada na forma em que foi esboçada na 12ª sessão ordinária de 11.12.17; disse que desta forma o pleito da colega foi atendido pelo gabinete, razão pela qual houve a perda do objeto em relação ao requerimento formulado ao Conselho Superior; pediu a juntada da decisão e da portaria ao procedimento, o que foi deferido, assim como pediu também o arquivamento do procedimento nº 032/2017.-----

A seguir, passou-se a palavra ao conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier, revisor, que cumprimentou todos os presentes e colocou-se de acordo com a manifestação e voto do conselheiro relator, Ricardo Sales.-----

Dada a palavra aos demais conselheiros, todos votaram de acordo com relator e revisor. Resultado: à unanimidade, foi declarada a perda do objeto e determinado o arquivamento do procedimento nº 032/2017, tendo como requerente a defensora Elaine Karen Costa Araújo.-----

Quanto ao item 3, a análise do pedido contido no procedimento nº 026 de 2017, de extinção da Comissão Permanente prevista na Deliberação nº 020 de 2014, foi dada a palavra ao conselheiro Marco Túlio Xavier, relator, que fez a apresentação do relatório e voto com a motivação da proposta e da minuta de Deliberação; explicou o motivo da ideia de extinção da Comissão Permanente prevista na Deliberação nº 020 de 2014; explicou o que motivou também a criação da referida Comissão, a análise de alterações pontuais na Deliberação nº 011 de 2009; disse que em dois anos de Conselho viu que ela não é eficaz; que a Comissão não tem data certa para se reunir; que as suas decisões não são vinculantes; mencionou o trâmite dos procedimentos na Comissão e no pleno; disse que os pedidos de alteração na divisão abstrata dos cargos devem passar direto para o pleno; que esta extinção também é para que façamos a efetiva mudança na Deliberação nº 011 de 2009, uma alteração mais ampla; disse que ou fazemos esta alteração ou a Instituição caminha para a irrelevância; disse que somos autônomos e temos que ter um mapa próprio, sem vinculação ao judiciário; que a hora é agora para esta mudança; disse achar que o primeiro passo é do Conselho Superior; disse que surgiu a ideia de uma Comissão temporária de alteração da Deliberação nº 011/09, com a publicação, inclusive, de edital; disse que esta Comissão seria temporária para a publicação deste edital; que serviria para colheita de sugestões de alterações da Deliberação nº 011/09; que sendo coisa simples, alterações pontuais, poderia ir direto ao pleno; assim, votava pela extinção da Comissão Permanente prevista na Deliberação nº 020 de 2014. O conselheiro Galeno, revisor, colocou-se de acordo com o relator, mas teceu elogios à atuação da Comissão; disse que ela cumpriu o seu papel principal, o de uniformização da jurisprudência do Conselho quanto aos pedidos de alteração da divisão abstrata; que com isto o procedimento já chegava mais maduro ao pleno; elogiou a participação dos conselheiros Wagner Ramalho, Ricardo Sales, Fernando Marteletto e Fernando Orlan na referida Comissão.-----



O conselheiro Ricardo Sales colocou-se de acordo com o conselheiro Galeno; disse que a atuação da Comissão foi muito proveitosa; disse que ela apresentou trabalho de base ao pleno para tomada de decisão; disse que sempre que participou como membro relator, buscou ouvir os colegas envolvidos; disse que baixava os feitos em diligências, solicitava documentos, para que quando o procedimento chegasse ao pleno, chegasse lá azeitado; disse que por outro lado, pediu ao conselheiro Marco Túlio para alterar um dos itens da minuta de Deliberação, que poderia levar à interpretação de que a Comissão seria inoperante e não seria transparente; disse que o que se quer é uma mudança e uma mudança para melhor; que é uma alteração da nossa forma de atuação, que é a alteração da Deliberação nº 011 de 2009; colocou-se de acordo com relator e revisor.-----

O conselheiro Wagner Ramalho fez uma extensão dos agradecimentos aos conselheiros Vinicius Lopes Martins e Jeanne Barbosa, que participaram ativamente da primeira Comissão; disse que ela de fato uniformizou a jurisprudência do pleno; disse que a Comissão teve missão específica e que cumpriu bem esta missão; falou do Regimento Interno em que há previsão de criação de Comissões para análise de matérias extensas e complexas.-----

O conselheiro Heitor Baldez colocou-se de acordo com a alteração sugerida pelo conselheiro Ricardo Sales e disse que votava favoravelmente à proposta.-----

O conselheiro Felipe Soledade colocou-se de acordo com a proposta e ressaltou outro ponto; falou do procedimento do Barreiro e da situação de Betim; disse que o nosso maior problema é a falta de pessoal e a manutenção da produtividade; disse que temos que pensar em formas para que os afastamentos não impliquem a manutenção do *status quo* do órgão; que é um problema que deverá ser enfrentado.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que a análise da Deliberação nº 011/09 tem que ser sistemática; que este olhar do Conselho Superior é importante.-----

A conselheira Fernanda Saraiva colocou-se de acordo com relator e revisor, pela extinção da referida Comissão.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que é possível, pelo Regimento Interno, a montagem de várias comissões; que é

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and several initials on the right. A small number '3' is written near the center.



importante a oitiva de toda a classe em um projeto amplo como este, o de alteração da Deliberação nº 011/09.-----

O conselheiro Richarles colocou-se de acordo com a proposta e fez uma ponderação: a mudança proposta da Deliberação nº 011/09 deve ser ampla; que é uma demanda urgente da classe; que a Deliberação nº 011/09 está completamente superada; que só conseguiremos fazer as alterações se for de forma democrática e com a participação da classe; que se não houver o chamamento da classe terá resistência muito grande; que tem que abrir edital de consulta à classe para mudanças previstas para a Deliberação nº 011/09; disse que a nossa função é fazer o edital com os critérios de mudança da Deliberação nº 011/09, objetivos, colocados à classe, para que as propostas obedeçam estes critérios; citou a redistribuição de determinados cargos atendendo à infância e juventude, por exemplo, que é prioridade absoluta; disse que devemos colher propostas de defensor, de coordenador, de grupo de defensores, de comarcas inteiras; que havendo consenso e atendidos os critérios a função do Conselho Superior seria cancelar, já que ninguém conhece mais a realidade da comarca do que os próprios defensores que lá atuam; disse que quando houver conflito, o Conselho decide; disse que não há solução universal; falou dos órgãos plúrimos, das vantagens e desvantagens; disse acreditar que em algumas comarcas o órgão plúrimo pode ser a solução e em outras, não; disse que pessoalmente tem as suas restrições; que vamos ter que decidir caso a caso e para isto é fundamental a participação de toda a classe; disse que o edital garante esta participação; que deve se começar a partir da vontade da classe e não dos conselheiros.-----

Resultado: à unanimidade o Conselho decidiu pela revogação da Deliberação nº 020 de 2014, extinguindo a Comissão Permanente nela tratada.-----

O conselheiro Wagner Ramalho sugeriu a abertura de uma comissão para tratar do assunto; disse achar que devem ser definidos requisitos mínimos; que na próxima sessão do Conselho poderíamos pautar o tema; discutir como vamos fazer esta comissão; poderíamos debater a questão e já estabelecer como seria esta comissão, na próxima sessão; disse que poderíamos colocar um direcionamento básico, por exemplo, e o resto seria feito pela comissão; sugeriu pautar o tema para a



próxima sessão, em relação à formação da comissão, para definição de parâmetros para a formação da comissão.-----

O conselheiro Ricardo Sales colocou-se de acordo com o tema para a próxima sessão; disse que não fazia objeção e achar que a gente sempre começa a caminhada com o primeiro passo e é uma forma de dar o *start*.-----

O conselheiro Marco Túlio colocou-se de acordo e disse que a comissão deve ser temporária e com prazo certo, para melhor cumprir o seu objetivo.-----

Os conselheiros Galeno e Heitor colocaram-se de acordo.-----

O conselheiro Felipe Soledade colocou-se de acordo e achar que devemos ouvir outras Defensorias, que isto qualifica a discussão; que em um segundo momento, temos que ouvir os colegas com modelos e ideias; falou de email recebido dos colegas de Betim relatando a situação local e que o nosso maior problema é o funcionamento precarizado da Defensoria Pública; disse que nós temos que nos debruçar sobre isto.-----

O conselheiro Heitor discorreu sobre a situação dos colegas de Betim, solicitou fossem disponibilizados todos os atos de restrição de atribuições na Defensoria, até mesmo para iluminar o debate, isto desde 2014, com o que todos concordaram.-----

A conselheira Fernanda disse que a proposta é boa, que é bom em janeiro estarmos com esta proposta, até porque estamos no limite, todos estrangulados de trabalho.-----

O conselheiro Richarles, colocando-se de acordo com a proposta, disse que temos que ter clareza em relação aos procedimentos a serem adotados; que só faz sentido criar nova comissão se ela tiver a finalidade elaborar um edital de consulta; que a tarefa de reforma da Deliberação nº 011/09 é complexa, hercúlea; disse que temos que trabalhar com prazos, garantir a participação dos colegas e não temer a mesma; disse achar que terá a participação de todos, sem exceção, e que todas as comarcas mandarão propostas; como vamos encaminhar a reforma da Deliberação nº 011/09 é o grande desafio, sendo este o ponto.-----

Relativamente ao item nº 4, a análise do procedimento nº 028/17, proposta de alteração do § 6º, do art. 26, do Regimento Interno do Conselho Superior, foi dada a palavra à relatora, conselheira Fernanda Saraiva, que fez a apresentação da minuta de Deliberação e pediu a inversão da pauta, deixando o assunto para o final, com o que todos concordaram.-----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

Quanto ao item nº 5, a proposta de fixação do colendário das sessões ordinárias do Conselho Superior para o ano de 2018, procedimento nº 029/17, foi dada a palavra ao conselheiro Galeno que fez a apresentação da minuta de Deliberação contendo a sugestão de datas e explicando a motivação; disse que é importante para dar transparência às ações do Conselho; para permitir melhor adequação dos trabalhos no âmbito do Conselho e no órgão de atuação; que isto permite melhor organização dos trabalhos por parte dos coordenadores em relação às ausências dos conselheiros dos órgãos de atuação; que isto permite a busca por substitutos ou possibilita até mesmo o pedido de adiamento de algum ato ante a ausência de substituto; que há previsão de fixação das datas pelo Regimento Interno; enfim, disse que a fixação das datas possibilita uma melhor organização dos trabalhos em todos os níveis.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que como corregedor não tem substituto; que nunca faltou às reuniões do Conselho, às vezes até com sacrifício pessoal; que faz este esforço por saber da importância da participação da Corregedoria perante o colegiado; disse que se a gente faz este tipo de esforço, e a Defensoria Geral tem uma gama de atribuições muito maior, mas tem a forma de fazer a representação através do subdefensor; que não há prejuízo maior; que é inclusive para dar transparência maior e publicidade aos colegas dos atos do Conselho e permitir maior participação; disse que temos que trabalhar com a pauta um pouco anterior; disse que a pauta deve ter um conhecimento maior, para ninguém ser pego de surpresa; que talvez um prazo mínimo de 10 dias para publicação da pauta fosse o ideal.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, manifestou-se pela aprovação do calendário; disse que o Conselho é órgão o órgão máximo da Instituição; que as ponderações são corretas; que não podemos ficar alterando a reunião, salvo motivo extraordinário; disse que o Condege é importante, mas o Conselho tem que ter uma sistemática que funcione e que tenhamos segurança das datas.-----

O conselheiro Heitor Baldez, revisor, colocou-se de acordo com o relator; disse que as reuniões às sextas são essenciais; que as coisas correm mais devagar e é mais fácil estar aqui e é importante estar aqui.-----



O conselheiro Wagner ponderou que na presidência do colegiado não tem como pautar os procedimentos em que é relator e revisor e que os mesmos são postergados.-----

O conselheiro Ricardo Sales parabenizou o conselheiro Galeno pelas colocações e pela proposta; falou que o tema é de uma importância muito grande; que é a forma do Conselho demonstrar transparência e publicidade dos seus atos; que é a forma que o colega tem de saber ao certo as data das sessões e participar melhor.-----

O conselheiro Heitor também parabenizou o conselheiro Galeno pela proposta.-----

O conselheiro Marco Túlio colocou-se de acordo com a minuta apresentada.-----

O conselheiro Felipe Soledade colocou-se de acordo com a proposta; felicitou o conselheiro Galeno de forma efusiva pela apresentação da proposta; disse que os nossos problemas são muito simples; que a fixação de calendário é importante; disse que se deve dar ciência prévia da pauta; que devemos conhecer os votos com antecedência para melhor estudo; disse que os pedidos de vista com prazo certo são coisas óbvias, mas com repercussão prática absurda; disse que aplaudia o secretário por esta e tantas outras ideais fundamentais para termos produtividade e respeito; sobre a fixação das datas, disse ser favorável, e reforçou a participação do subdefensor na presidência como sendo muito produtiva; disse que o Conselho tem funcionado bem sob a presidência de ambos; disse ser bom que tenhamos dois presidentes que funcionam; que assim vamos seguir e seguir bem; que assim estaremos também bem representados perante o Condege; que vamos produzir e prestar contas de nossos trabalhos.-----

A conselheira Fernanda Saraiva colocou-se de acordo com a minuta apresentada, sendo acompanhada pelo conselheiro Richarles.-----

O conselheiro Wagner Ramalho propôs que pelo menos fosse alterada a data da 1ª sessão de 2018, dia 26.01, sendo tal proposta rejeitada.-----

O conselheiro Galeno disse que, evidentemente, nada é imutável, mas que devemos ter um calendário mais fixo possível.-----

Handwritten signature

Handwritten signature and initials

Handwritten signature

Handwritten initials

Handwritten signature

Handwritten signature

Resultado: à unanimidade foi aprovada a minuta apresentada de fixação das datas das sessões ordinárias do Conselho Superior para o ano de 2018.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, colocou-se de acordo com a proposta apresentada.-----

Em relação ao item 6, o procedimento nº 030/17, proposta de Deliberação que estabelece condição temporal para o gozo de créditos compensatórios, foi dada a palavra ao conselheiro relator e autor da proposta, Marco Túlio, para apresentação de relatório e voto. O conselheiro Marco Túlio discorreu sobre a ideia do procedimento; disse que esta surgiu de uma discussão no início de 2017, quando da discussão da Deliberação do recesso de final de ano; disse que alguns créditos compensatórios possuem prazos e outros não, onde decidimos tirar os prazos ante a possibilidade de venda de férias; disse que mudamos a Deliberação de fim de ano, com início hoje; que tiramos o prazo de plantão; que outros créditos não possuem prazo e os citou; disse que há outros créditos com prazo de um ano para gozo; que se não se pode gozar, prescrevem; que a ideia é uniformizar os prazos para todas as atividades extras e criar um tratamento isonômico e possibilitar a venda de férias e evitar discrepâncias; disse que nenhum credito é mais importante que o outro; fez a leitura da minuta e disse que a proposta é para melhorar a vida do defensor em atividade.-----

A conselheira Fernanda Saraiva indagou se não seria o coordenador local em vez do regional, o responsável pela emissão da certidão.-----

O conselheiro Ricardo disse que a certidão é expedida pelo coordenador local e visada pelo regional; este serviria como revisão de ato.-----

O conselheiro Wagner disse que a concessão de dias de crédito é ato de gestão.-----

Os conselheiros Marco Túlio e Galeno disseram que a redação do texto deve ser bem enxuta, limitando-se apenas a tratar da questão da imprescritibilidade, com o que todos concordaram.--

Assim, à unanimidade, foi aprovada a minuta apresentada sobre a imprescritibilidade dos créditos de natureza compensatória.---

Os trabalhos foram suspensos às 12:35 e retomados às 14:00 h, sob a presidência do conselheiro Ricardo Sales, ante a ausência justificada do conselheiro Wagner Ramalho.-----



Retomando o item 4, o procedimento nº 028 de 2017, foi dada a palavra à conselheira Fernanda Saraiva, que apresentou a justificativa, assegurando que dará mais celeridade aos procedimentos em curso no Conselho Superior.-----

O conselheiro Richarles, revisor, disse que o procedimento visa dar celeridade ao andamento dos procedimentos, sendo uma explicitação do que já contém o Regimento Interno; disse que o procedimento retorna à pauta independentemente do pedido do revisor; que isto evita proteção na votação do procedimento; que não se restringe ou reduz os debates; que serão os autos digitalizados e encaminhados aos demais conselheiros; que a nova proposta apresentada possibilita um novo pedido de vista; que é pertinente a alteração proposta.-----

Eduardo Generoso disse não saber se a questão está madura; para que não haja dúvida de que a Adep tem direito de vista, gostaria de indagar sobre tal.-----

O conselheiro Ricardo disse que nesse momento o pedido de vista é possível ao conselheiro com direito a voto.-----

O conselheiro Heitor disse que, até por ser oriundo da Adep, via como salutar a possibilidade do pedido de vista pelo representante sem direito a voto; que precisa avaliar a repercussão para a classe e repassar a ela; disse que a associação tem o direito de pedir vista e via com bons olhos a proposição.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que o conselheiro Heitor Baldez poderia fazer um requerimento incidental neste sentido.-

O conselheiro Galeno sugeriu que a matéria seja enfrentada quando da reforma do Regimento Interno.-----

O conselheiro Richarles disse que a questão demanda um procedimento apartado, no âmbito da reforma total do Regimento Interno.-----

O conselheiro Ricardo disse que deve ser observada a questão da prescrição em relação ao PAD e que limitar pedido de vista seria prejudicial ao processado.-----

O conselheiro Galeno disse que vê com preocupação a limitação de vista em relação ao PAD e indagou como seria a situação do conselheiro que não estivesse apto a julgar e não pudesse mais pedir vista; isto prejudicaria o processado, na medida em que tolheria o conselheiro de uma análise mais aprofundada da questão.-----

Richarles

R

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O conselheiro Felipe pediu para incluir na discussão do Regimento Interno a questão do pedido de vista pela Adep; disse achar que não teremos como escapar de regular os procedimentos normativos e decisórios; a natureza do ato é diferente.-----

O conselheiro Wagner reassume a presidência dos trabalhos às 14:20 h.-----

O conselheiro Felipe, prossegue, disse que os procedimentos devem ser enfrentados de forma diferente; que outras Defensorias tem estas normatização diferenciada.-----

Assim, prevaleceu a ressalva feita pelos conselheiros Ricardo e Galeno, acatada pela relatora e revisor, para que fosse feita ressalva aos PADs na redação apresentada.-----

Resultado, à unanimidade, foi aprovada a proposta de alteração do § 6º, do art. 26, do Regimento Interno do Conselho Superior.-----

Relativamente ao item 7, a análise do procedimento nº 033 de 2017, que trata de proposta de alteração da Deliberação nº 014/11, relativa ao estágio probatório, especificamente no que diz respeito à previsão de reunião ordinária, foi dada a palavra ao conselheiro Ricardo Sales, que fez a justificativa do requerimento; disse que está bem explícito e vem adequar a forma como é feito o acompanhamento do estágio probatório que trazia prejuízo ao defensor e também à administração; citou caso de defensor ter que rodar 140 km para chegar em uma sede que tenha teleconferência; que assim a reunião deixa de ser obrigatória, sendo mais razoável, sujeita à conveniência e oportunidade.-----

O conselheiro Marco Túlio colocou-se de acordo com a proposta, sendo seguido pelos demais.-----

O conselheiro Ricardo disse que irá apresentar o procedimento que retira o ato vinculado da suspensão do estágio probatório e o corregedor vai motivar o ato; que será o próximo procedimento a ser apresentado, logo em seguida, apresentará o Regimento Interno da Corregedoria Geral; disse que até o fim do mandato apresentará a proposta do TAD e pediu o apoio de todos na análise do procedimento que trata da adoção do Código de Ética.-----

Relativamente ao item 8, o debate sobre a forma de redistribuição e arquivamento de procedimentos em curso, o



conselheiro Richarles fez a apresentação de uma minuta de Deliberação.-----

O conselheiro Ricardo lembrou a questão do julgamento do PAD; pediu a ressalva do PAD ao art. 5º, da minuta apresentada.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que é possível a aprovação da minuta e se for o caso se aprimora no futuro.-----

O conselheiro Wagner, lendo o art. 6º, da minuta, fez considerações e indagou de que forma seria o reinício do procedimento.-----

O conselheiro Marco Túlio sugeriu fosse reiniciado com a apresentação de novo voto pelo relator.-----

O conselheiro Heitor Baldez disse que a questão relativa a avocação de procedimentos, em caso de dois pedidos, sugeriu o sorteio; sobre a questão do voto em PAD, disse que no início concordou com a manifestação; mencionou o caso de voto favorável que vira desfavorável e de voto desfavorável que vira favorável depois.-----

O conselheiro Galeno disse que não se pode impedir o novo conselheiro de votar em caso de aproveitamento de votos anteriores; disse entender que os votos já proferidos permaneçam como fonte no procedimento e referência histórica, mas o mais correto é que a votação seja reiniciada com todos os conselheiros, sendo possível até mesmo o cômputo dos votos já proferidos, mas tolher o direito de um novo conselheiro votar não seria razoável.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que nesta altura já não concorda com mais nada; disse achar que a questão é séria, grave e que gostaria de pedir vista para apresentar voto divergente.-----

A conselheira Fernanda disse que o voto tolhido também pode ser favorável.-----

O conselheiro Richarles disse que a avocação não foi incluída de propósito, pois já há previsão regimental.-----

Assim, diante do pedido de vista formulado pelo conselheiro Felipe Soledade, foram suspensos os debates em relação aos procedimentos futuros de redistribuição de procedimentos no âmbito do Conselho Superior, devendo a questão retornar à próxima pauta.-----

O conselheiro Richarles levantou questão de ordem sobre a redação proposta pelo conselheiro Heitor.-----

A conselheira Fernanda, sobre a questão do arquivamento de procedimentos, disse que mantinha a posição tomada na sessão anterior; disse que não concordar com nenhum arquivamento, apenas se houver comunicação prévia ao interessado.-----
O conselheiro Ricardo Sales disse que esta questão foi colocada por ele desde o início dos debates; que o procedimento pertence ao Conselho e não ao conselheiro; que tem que ser enfrentado, nem que seja com resposta negativa; disse que o arquivamento porque mudou a composição ou porque está parado revela a inércia do órgão.-----
O conselheiro Felipe Soledade disse que no caso o arquivamento seria apenas para procedimentos de ordem normativa.-----
O conselheiro Galeno sugeriu, então, a redistribuição dos procedimentos em curso na forma regimental, ressalvados os procedimentos a cargo dos conselheiros natos e aqueles em poder de conselheiros remanescentes de Conselho anterior.-----
O conselheiro Felipe Soledade fez a proposta de que a questão do arquivamento dos procedimentos normativos seja incluída na minuta de novo Regimento Interno.-----
O conselheiro Wagner, indagado sobre o trâmite final dos projetos na ALMG, disse que saíram da redação final e foram encaminhados diretamente à sanção.-----
O conselheiro Ricardo Sales pediu fosse desligada a gravação para discorrer sobre assunto sigiloso ligado aos colegas da Infância e Juventude Cível da Capital.-----
O conselheiro Wagner Ramalho disse que há previsão regimental para tanto; que a sessão pode se tornar sigilosa, e o fez, na forma do art. 8º, inciso IV, da Deliberação nº 007 de 2004, Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.-----
Restaurada a publicidade, o conselheiro Wagner falou da questão do aluguel do prédio para os defensores hoje na sede II; disse que está em estado bem avançado o novo prédio.-----
O conselheiro Marco Túlio lembrou da inauguração da Escola Superior; falou que a Escola já foi inaugurada com 3 servidores e um estagiário e o Conselho não tem servidor; disse que com isto a gente vê qual o valor que a própria Instituição dá ao Conselho; que para Escola tem servidor, para o Conselho não tem; falou que vai cobrar em todas as reuniões a estruturação do Conselho; que isto mostra como somos tratados de forma ridícula; que estamos pedindo há mais de dois anos e, com todo



respeito, já passou da hora, e não tem mais desculpa, sendo imperdoável; que fica o registro mais uma vez de cobrança; disse achar teremos que fazer greve pela estruturação; disse que a estrutura física está linda, mas que temos que avançar para a estrutura de pessoal e de informática.-----

O conselheiro Wagner disse que já passou a questão para a assessoria para resolver definitivamente isto; que há procedimentos burocráticos; que tem que ter termo aditivo ao contrato da MGS; que em relação ao pessoal da Escola Superior, tem rubrica específica no orçamento; que já existia previsão para isto.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que tem previsão para a Escola e não tem para o Conselho.-----

O conselheiro Wagner disse que esta questão tem mesmo que ser colocada; que a dra. Christiane inclusive colocou isto na reunião de boas vindas.-----

O conselheiro Heitor Baldez, sobre a questão da estruturação, disse que mostra o quão o Conselho é tratado na Defensoria; que isto precisa ser revisto, a forma de se olhar para o Conselho Superior; falou do requerimento de esclarecimento sobre a alteração de artigos no projeto de lei, arts. 25, 34 e 43, e do projeto da área meio.-----

O conselheiro Felipe Soledade reiterou os requerimentos de estruturação do Conselho; disse que as preocupações são conjuntas; indagou se existe prazo e que tem que ter previsão para vencer esta burocracia interna.-----

O conselheiro Wagner disse que não tem prazo definido, mas tem que dar urgência à questão; que os servidores têm que buscar junto à MGS.-----

O conselheiro Felipe Soledade, em relação ao requerimento mencionado pelo conselheiro Heitor, de esclarecimentos sobre o trâmite dos projetos, disse que preocupa as consequências para a execução orçamentária para o ano que vem; haverá recursos? Indagou, já que não houve suplementação; sobre a recomposição, entregou planilha contendo a evolução salarial dos defensores nos últimos anos e esta foi a única administração que não conseguiu ganho real para o subsídio; disse que estamos na verdade tendo perda real de valores; falou que questionou na ultima reunião sobre o assunto; disse que é preciso reforçar a necessidade de, apesar de todos os esforços, e de todos, a luta, pois ainda estamos amargando um

prejuízo real de 13% no mesmo período em relação ao IPCA; disse que no ano seguinte temos que aumentar os esforços para que não percamos mais o que já perdemos; que isto tem reflexos na continuidade do serviço.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que a luta continua.-----

A conselheira Fernanda Saraiva falou do email enviado pelos defensores da Defensoria de Betim; pediu atenção especial à administração para o assunto, já que VEC de lá ficará sem defensor se não tiver reposição; sobre o email enviado pela defensora Chrysthiane Linhares fez coro, disse que precisamos mesmo aperfeiçoar a informática; falou da diferenciação de plantão no SEEU; sobre a questão de Uberlândia sozinha no plantão e outras com até 8 comarcas.-----

O conselheiro Wagner Ramalho, sobre os plantões, disse não está por dentro deles; falou de resolução conjunta do MP e TJ, absurda, por sinal; disse que sobre a questão da divisão não sabe dizer nada; disse que podemos depois renovar esta dúvida e pedir esclarecimentos; que isto tem que ser feito; que qualquer dúvida do Conselho tem que ser respondida.-----

O conselheiro Richarles disse que na questão da estruturação do Conselho foi encaminhado ao email com requerimento no dia 15.12; disse que nesse requerimento é expressa a vontade dos conselheiros; destacou alguns pontos: a necessidade de um assessor com conhecimento jurídico, que pode ser servidor da MGS ou gestor; falou da necessidade de digitalização de todos os procedimentos, que pode ser feito por um boy da Asprom; falou sobre a disponibilização de aba ou link para consulta dos procedimentos em tramitação, isto no Siged; falou da informatização dos procedimentos; disse que o que o preocupa é a resposta que foi dada; disse que os encaminhamentos dados seriam: reenvio ao email à Carla Carvalho do RH, para análise do custo anual de um advogado da MGS; disse que pode ser uma pessoa com conhecimento jurídico, não precisando ser advogado da MGS; disse que não precisa de um boy da Asprom integral, que pode ser apenas por empréstimo para digitalizar os procedimentos e disponibilizá-los em um link, o que é coisa simples; sobre as demandas de STI, pediu encaminhamento, pois são complexas, isto sim, demanda certo estudos; disse que se pleiteia um link com a disponibilização dos procedimentos digitalizados; que gostaria que a administração se manifestasse até a próxima sessão; disse que vamos caminhar; que



precisamos de um profissional para pesquisa, pois acumulamos funções e isto demanda tempo; que temos que ter uma resposta, seja ela qual for.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que verá com a assessoria as demandas e os encaminhamentos, e se for possível, avocará o procedimento; disse que vai verificar com os demais órgãos; que se tem totais condições de fazer; disse que verificará com o Nikolas o trabalho feito com a comissão do último concurso.-----

Eduardo Generoso disse que estamos em dezembro e nosso projeto de recomposição do subsídio é no percentual de 8,84%; disse que vê que depois de muito esforço, da classe, da categoria, o projeto foi encaminhado pela DPG e nós estamos bem próximos de uma recomposição de 8,84%; que o pleito da Adep é teto e 5%; que lutou até o último momento para alcançar os 13,25%, mas não foi possível; disse que vendo notícia do site Uai, o TJ e o MP encaminharam novo projeto de recomposição remuneratória; que na próxima reunião vamos começar a lutar por novo projeto de lei; que diante de tudo que foi conversado nas reuniões, precisamos de um projeto que traga no mínimo a recomposição inflacionária total; que o pleito é teto e 5% interclasses; que a chegada desse momento, do envio à sanção, é vitória de todos; fez agradecimento da Adep a todos que se moveram; que em 2018 espera alcançar uma melhora remuneratória; que o projeto da área meio, saiu de explanação, neste Conselho, e saiu com apoio da forma que foi proposto; sobre as alterações contidas no requerimento dos conselheiros, aguardará a resposta ao requerimento para manifestar sobre o tema; disse que age sempre na preocupação de que a gente avance e tenha recursos necessários para todas as demandas institucionais; que muitas são as demandas; sobre a estruturação do Conselho, disse que aderiu ao pleito e que o Conselho tem que ser estruturado mesmo.-----

O conselheiro Wagner disse que nós do gabinete gostaríamos de ter uma recomposição melhor também; disse recordar que na CFFO, presente o Eduardo Generoso, parece que tentaram colocar os 13,25%, e o deputado Ulisses Gomes foi claro no sentido de que não seria possível ante a ausência de orçamento; disse que queríamos um aumento maior; que a área técnica levantou a impossibilidade do aumento, isto em um momento de escassez de recursos; disse entender que não podemos abaixar a cabeça e temos que continuar lutando pela

melhoria remuneratória e de condições de trabalho; agradeceu a todos, disse que todas as palavras colocadas são importantes para reflexão; que estamos no caminho certo e isto é enriquecedor, um debate civilizado, tranquilo, construindo a Instituição, que está em constante evolução.-----

Sobre o texto da recomendação, a redação sugerida pelo conselheiro Ricardo Sales foi aprovada à unanimidade e já enviada ao gabinete através do subdefensor-geral e presidente em exercício, Wagner Ramalho.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16:45 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2017.-----


Wagner Geraldo Ramalho Lima


Ricardo Sales Cordeiro


Marco Túlio Frutuoso Xavier



Galeno Gomes Siqueira


Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez


Felipe Augusto Cardoso Soledade


Fernanda de Sousa Saraiva


Richarles Caetano Rios


Eduardo Cyríno Generoso